



Ele vai se formar
na faculdade?

Ele vai se formar
em qual faculdade?

Não existem respostas
para o futuro.
Mas você pode
escolher as perguntas.

Faça hoje o seu seguro
de vida e deixe o futuro
da sua família protegido.

 **Prudential**

www.prudentialdobrasil.com.br

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

De acordo com a legislação vigente, incluindo os Pronunciamentos Contábeis Brasileiros (CPCs) aprovados pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CFC) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), enviamos as Demonstrações Financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. (Prudential do Brasil), relativas ao ano de 2014, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer Atuarial.

O ano de 2014 foi muito positivo para a Companhia, apresentando um crescimento de 40% em termos do total de Prêmios de Seguros⁽¹⁾ com base nas práticas contábeis brasileiras BRGAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*), atingindo o montante de R\$ 715 milhões, comparado com o ano de 2013, sendo sua totalidade oriunda da comercialização de Seguro de Vida Individual.

Com base em BRGAAP, a Prudential do Brasil apresentou no ano de 2014 um lucro líquido de R\$ 87.619 mil, comparado ao lucro líquido de R\$ 22.606 mil no ano de 2013. Esse resultado positivo foi derivado principalmente de melhor taxa de sinistralidade, assim como controle de despesa de forma a gerar economia de escala.

A base de Segurados da Prudential do Brasil continua aumentando, chegando a mais de 231 mil Apólices de seguro de vida individual em vigor em 31 de dezembro de 2014. Como consequência, também registrou um aumento expressivo de 41,3% no Capital Segurado⁽²⁾ em vigor, chegando a mais de R\$ 106 bilhões, comparado a 2013.

As Aplicações Financeiras da Prudential do Brasil ao final de 2014 são da ordem de R\$ 1.435 milhões, investidas exclusivamente no Brasil, sendo quase sua totalidade aplicada em Títulos Públicos Federais de Emissão do Tesouro Nacional. O perfil dessas aplicações busca minimizar os riscos da Seguradora e de seus Segurados. A Prudential do Brasil não tem investimentos no exterior.

MISSÃO E PARCERIA – O SUCESSO DE UM MODELO

A Prudential do Brasil oferece Seguros de Vida personalizados, com soluções adequadas às necessidades de Proteção de cada família, por meio principalmente de Corretores Franqueados - designados **Life Planner**[®] -, provendo seus Segurados com um alto padrão de qualidade e serviços de excelência.

Dando continuidade ao seu plano de expansão, em 2014 a Companhia inaugurou duas Agências no Paraná, uma no Rio Grande do Sul e mais uma no Rio de Janeiro, capital.

O modelo de comercialização da Prudential do Brasil inclui, ainda, um processo prévio e cuidadoso de análise de subscrição, pelo qual é possível verificar a que fatores de risco o Cliente está efetivamente exposto, além de obter informações sobre seu perfil financeiro, promovendo a tranquilidade do Segurado ou dos Beneficiários quando do pagamento do Benefício e, ainda, a segurança financeira da Companhia. Em 2014, os pagamentos dos benefícios contratados ocorreram em um prazo médio de apenas 6 dias úteis. Essa média varia considerando o evento envolvido e o prazo é contado após todos os documentos serem recebidos pela Seguradora.

Para obter mais informações sobre a Prudential do Brasil ou para solicitar a visita de um **Life Planner**, acesse o site www.prudentialdobrasil.com.br.

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. é uma subsidiária da Prudential Financial, Inc. Para obter mais informações, visite www.prudential.com.

COMPROMISSO COM A ÉTICA E CONFORMIDADE COM LEIS E REGULAMENTOS

Nenhum objetivo de negócios será mais importante do que a fidelidade aos valores e princípios que são a base de nossa Companhia. A ética norteia as relações da Prudential tanto interna quanto externamente. Para isso, disponibiliza para Funcionários e Franqueados vários canais e ferramentas, a fim de manter um clima no qual todos ajam com coragem, integridade, honestidade e imparcialidade.

PRESEÇA NO PAÍS

Sediada em Botafogo, no Rio de Janeiro, a Prudential do Brasil está presente em oito cidades brasileiras e no Distrito Federal por meio de suas 25 agências e 2 escritórios (base 31 de dezembro de 2014), os quais operam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Nova Lima, Uberlândia, Porto Alegre e Curitiba.

RECURSOS HUMANOS**Reconhecimentos**

O compromisso com a excelência e a busca por auxiliar seus funcionários a alcançar um equilíbrio satisfatório entre vida pessoal e profissional, levou a Companhia a receber reconhecimentos. Em 2014, pelo 9º ano consecutivo, conquistou posição entre as 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, na pesquisa realizada pelo Guia Você S/A – Exame.

A Seguradora participou pela quinta vez consecutiva da pesquisa promovida pela consultoria Great Place to Work[®] - Edição especial da revista Época, na qual foi classificada entre as 35 melhores companhias para se trabalhar no estado do Rio de Janeiro e entre as 130 melhores no país.

Pelo quinto ano consecutivo, a POB recebeu o prêmio de "Seguradora de Vida Individual do Ano", oferecido pelo Clube de Vida em Grupo do Rio de Janeiro (CVG-RJ). Estes reconhecimentos destacam o bom gerenciamento de pessoal, o alto nível de satisfação e confiança dos funcionários no ambiente de trabalho e no relacionamento entre seus profissionais.

COMPROMISSO SOCIAL

A Prudential do Brasil possui vários projetos de suporte a comunidades carentes, saúde de crianças, encorajamento do voluntariado e sustentabilidade.

Um dos principais projetos é o Global Volunteer Day (GVD) - um dia dedicado ao voluntariado oferecido por Funcionários, Franqueados, Prestadores de Serviços, Clientes, familiares e amigos da Prudential do Brasil. No dia 27 de setembro de 2014, mais uma vez a Prudential do Brasil reuniu voluntários para ajudar várias instituições que trabalham com crianças, adolescentes e idosos, levando melhores condições de vida para as pessoas atendidas pelas instituições. Em 2014, o GVD da Prudential do Brasil contou com mais de 1800 voluntários nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Foram beneficiadas cerca de 5,6 mil pessoas nas 27 instituições atendidas pelo projeto.

A fim de ajudar a alcançar um dos Objetivos do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Prudential do Brasil manteve em 2014 o seu compromisso social por meio de doações em dinheiro a instituições do terceiro setor.

A Prudential do Brasil apoia instituições que dão suporte à educação e qualidade de vida de moradores de comunidades de baixa renda localizadas nas cidades onde a Companhia mantém operações. Este ano, visando incentivar a vida escolar de 58 crianças da comunidade Santa Marta, a seguradora fez uma doação de material pedagógico e leite em pó para o projeto Obras Sociais Unidas de Santa Marta, conhecida como Mundo Infantil, no Rio de Janeiro.

Para fazer essa doação, a Prudential do Brasil utilizou 1% de todo o valor arrecadado no mês de setembro referente às apólices ativas do Seguro Dotal Criança com até quatro anos de vigência. Esta iniciativa é realizada anualmente pela companhia, que nos três últimos anos beneficiou crianças das comunidades do Cerro Corá, Dona Marta e Rocinha, respectivamente, com ações em prol da saúde e educação infantil.

Desde 2012, a Seguradora tem colaborado com a instituição Make-A-Wish Brasil, responsável por realizar sonhos de crianças e adolescentes, de três a dezoito anos portadoras de doenças graves. Em 2014, a Prudential do Brasil fez duas doações para esta instituição, o que ajudou a realizar os sonhos de 56 crianças.

Além disso, por meio do Prêmio *Kiyo Sakaguchi Coração de Ouro*, fez ainda uma doação para O Grupo Espírita Amália de Godoy (GEAG), localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. Anualmente, o prêmio Kiyo reconhece corretores franqueados em países onde a Prudential International Insurance opera, que são exemplo de comprometimento profissional e com o serviço comunitário. O vencedor do prêmio indica uma instituição filantrópica para receber uma doação no valor de US\$ 10 mil feita pela Seguradora.

PRUDENTIAL FINANCIAL, INC.: UMA DAS MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DO MUNDO

A Prudential Financial, Inc. (NYSE: PRU), líder em serviços financeiros nos EUA com mais de US\$ 1 trilhão de ativos sob sua gestão em 31 de dezembro de 2014, possui operações nos Estados Unidos, Ásia, Europa e América Latina. A Prudential Financial, através do talento e da diversidade de seus Funcionários, está comprometida em ajudar Clientes individuais e institucionais a crescer e proteger seu patrimônio através de uma variedade de produtos e serviços, incluindo seguro de vida, *annuities*, serviços relacionados à aposentadoria, fundos mútuos e *investment management*.

Nos Estados Unidos, o Rochedo, símbolo ícone da Prudential, tem significado força, estabilidade, experiência e inovação há mais de um século. Para obter mais informações, visite www.prudential.com

AGRADECIMENTOS

A Prudential do Brasil agradece aos seus Segurados, razão de sua Missão e cuidado, por acreditarem na essencialidade do Seguro de Vida e por confiarem nos seus produtos de Proteção diferenciada. À Superintendência de Seguros Privados - SUSEP -, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - CNSeg - e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida - FenaPrevi -, por todo o apoio recebido. Também agradece aos Funcionários da Seguradora e Prestadores de Serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da Companhia. E, em particular, aos Franqueados e demais parceiros comerciais, a união de sucesso, a dedicação e a atenção demonstradas aos Clientes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015.
Conselho de Administração e Diretoria

⁽¹⁾Prêmios de Seguros (BRGAAP) = Prêmio Emitido de Seguro de Vida Individual - Cancelamento - Restituição - Desconto - Cosseguro Cedido + Cosseguro Aceito.

⁽²⁾Capital Segurado considera Apólices Ativas de Seguro de Vida Individual, incluindo as coberturas para Morte Acidental e para Doenças Graves.

Life Planner[®] é a marca registrada da The Prudential Insurance Company of America para designar os Franqueados Corretores de Seguro de Vida.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2014	2013
Circulante		551.640	328.086	Circulante		165.926	108.091
Disponível				Contas a pagar		96.812	49.765
Caixa e bancos.....	5	249	1.110	Obrigações a pagar.....	15	42.348	28.509
Aplicações financeiras	6	333.847	204.620	Impostos e encargos sociais a recolher.....		3.673	3.155
Títulos de renda fixa.....		125.863	-	Encargos trabalhistas.....		4.727	3.959
Quotas de fundos de investimento exclusivo.....		207.984	204.620	Impostos e contribuições.....	16	46.064	14.142
Créditos das operações com seguros e resseguros		71.963	34.097	Débitos das operações com seguros e resseguros		4.275	2.730
Prêmios a receber.....	7	69.641	32.328	Operações com resseguradoras.....		4.222	2.656
Operações com resseguradoras.....		2.322	1.769	Outros débitos operacionais.....		53	74
Ativos de resseguros - provisões técnicas	8	8.014	6.840	Depósito de terceiros	14	6.270	3.590
Títulos e créditos a receber		38.936	14.289	Provisões técnicas - seguros	19	58.569	52.006
Créditos tributários e previdenciários.....	10(a)	38.265	13.804	Danos.....		8.734	11.000
Outros créditos.....	11(a)	671	485	Pessoas.....		13.711	10.363
Empréstimos e depósitos compulsórios		2.465	2.183	Vida individual.....		27.022	22.225
Despesas antecipadas		1.249	1.881	Vida com cobertura por sobrevivência.....		9.102	8.418
Custos de aquisição diferidos				Não circulante		1.456.374	1.135.405
Seguros e resseguros.....	9	94.917	63.066	Contas a pagar		230	230
Não circulante		1.402.588	1.177.212	Obrigações a pagar.....		230	230
Realizável a longo prazo		1.369.197	1.148.922	Provisões técnicas - seguros	19	1.372.493	1.074.061
Aplicações financeiras	6	1.100.907	928.428	Pessoas.....		26.401	18.668
Títulos de renda fixa.....		255.582	349.157	Vida individual.....		1.090.965	834.549
Quotas de fundos de investimento exclusivo.....		848.393	580.830	Vida com cobertura por sobrevivência.....		255.127	220.844
Redução ao valor recuperável.....		(3.068)	(1.559)	Outros débitos			
Títulos e créditos a receber		176.452	159.997	Provisões judiciais.....	17	83.651	61.114
Assistência financeira a participantes.....	11(b)	63.396	53.468	Patrimônio líquido	21	331.928	261.802
Créditos tributários e previdenciários.....	10(b)	51.255	61.017	Capital social.....		259.150	201.400
Depósitos judiciais e fiscais.....	12	58.164	42.415	Aumento de capital em aprovação.....		-	57.750
Outros créditos operacionais.....	11(b)	3.637	3.097	Reserva de capital.....		562	562
Custos de aquisição diferidos				Reservas de lucro.....		111.094	38.916
Seguros e resseguros.....	9	91.838	60.497	Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		(38.878)	(36.826)
Investimentos		-	-	Total do passivo e patrimônio líquido		1.954.228	1.505.298
Outros investimentos.....		1.667	1.667				
Redução ao valor recuperável.....		(1.667)	(1.667)				
Imobilizado	13	33.391	28.290				
Bens imóveis.....		7.790	7.938				
Bens móveis.....		17.885	16.217				
Outras imobilizações.....		7.716	4.135				
Total do ativo		1.954.228	1.505.298				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Nota	2014	2013		2014	2013	
Prêmios emitidos líquidos		715.166	510.578	Atividades operacionais			
Variações das provisões técnicas de prêmios.....		(365.280)	(271.034)	Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	733.632	553.945	
Prêmios ganhos	22	349.886	239.544	Outros recebimentos operacionais (Salvados, Ressarcimentos e outros)	3.482	-	
Sinistros ocorridos.....	23(a)	(34.952)	(41.150)	Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(274.810)	(198.035)	
Custos de aquisição.....	23(b)	(89.820)	(61.090)	Repasse de prêmios por cessão de riscos	(7.471)	(4.369)	
Outras receitas e despesas operacionais.....	23(c)	(6.042)	(3.298)	Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(7.110)	(10.340)	
Resultado com resseguro.....	23(d)	(10.220)	(6.139)	Pagamentos de despesas e obrigações	(154.524)	(121.424)	
Receita com resseguro.....		7.383	7.838	Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(177)	(209)	
Despesa com resseguro.....		(17.603)	(13.977)	Outros pagamentos operacionais	(1.751)	(1.461)	
Despesas administrativas.....	23(e)	(215.865)	(175.830)	Constituição de depósitos judiciais	(7.961)	(3.944)	
Despesas com tributos.....	23(f)	(20.734)	(14.342)	Pagamentos de participações nos resultados	(9.863)	(6.876)	
Resultado financeiro.....	23(g)	195.100	115.806	Caixa gerado pelas operações	273.447	207.287	
Resultado operacional		167.353	53.501	Impostos e contribuições pagos	(100.973)	(61.520)	
Ganhos com ativos não correntes.....	23(h)	453	115	Investimentos financeiros			
Resultado antes dos impostos e participações		167.806	53.616	Aplicações	(505.412)	(729.168)	
Imposto de renda.....	18	(39.454)	(11.274)	Vendas e resgates	342.212	497.836	
Contribuição social.....	18	(23.551)	(6.499)	Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	9.274	(85.565)	
Participações sobre o resultado.....		(17.182)	(13.237)	Atividades de investimento			
Lucro líquido do exercício		87.619	22.606	Pagamento pela compra de ativo imobilizado	(10.564)	(5.447)	
Média ponderada do número de ações em circulação.....		767	556	Recebimento pela venda de ativo imobilizado	430	61	
Lucro líquido por ação atribuído aos acionistas - básico e diluído.....	21(d)	114.235,98	40.658,27	Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(10.134)	(5.386)	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				Atividades de financiamento			
				Aumento de capital	-	90.665	
				Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	-	90.665	
				Redução de caixa e equivalentes de caixa	(860)	(286)	
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.110	1.396	
				Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	250	1.110	
				Redução de caixa e equivalentes de caixa	(860)	(286)	
				Ativos livres no início do exercício	20.854	137.462	
				Ativos livres no final do exercício	18.036	20.854	
				Redução nas aplicações financeiras - recursos livres	(2.818)	(116.608)	
				Conciliação entre o lucro líquido do exercício e o caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais			
				Atividades operacionais			
				Lucro líquido do exercício	87.619	22.606	
				Ajustes por:			
				Depreciações e amortizações	4.953	4.577	
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.130	1.955	
				Receita com aplicações financeiras	(143.661)	(86.040)	
				Prejuízo com venda de títulos	1.736	6.474	
				Resultado na venda de ativos permanentes	80	1	
				Outros - resultado não operacional	40	-	
				Variáveis de ativos e passivos	(38.103)	(50.427)	
				Créditos das operações com seguros e resseguros	(37.866)	6.836	
				Ativos de resseguro	(1.174)	(2.503)	
				Títulos e créditos a receber	(52.233)	(81.096)	
				Empréstimos e depósitos compulsórios	(282)	51	
				Despesas antecipadas	632	(1.705)	
				Custos de aquisição diferidos	(63.192)	(40.644)	
				Contas a pagar	135.960	68.470	
				Débitos de operações com seguros e resseguros	1.545	(2.547)	
				Depósito de terceiros	2.680	1.062	
				Provisões técnicas - seguros	304.995	237.650	
				Outros débitos - provisões judiciais	22.537	8.503	
				Ajuste ao valor de mercado	(2.052)	63.637	
				Caixa gerado pelas operações	273.447	207.287	
				Impostos e contribuições pagos	(100.973)	(61.520)	
				Investimentos financeiros			
				Aplicações	(505.412)	(729.168)	
				Vendas e resgates	342.212	497.836	
				Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	9.274	(85.565)	
				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)										
Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de capital			Reservas de lucro		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucro acumulado	Total
			Doações e subvenções	Pagamentos minoritários	Reserva legal	Reserva estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2012	168.485	-	599	(37)	1.084	15.446	77.957	-	263.534	
Aumento de capital aprovado conforme Assembleia.....										
General Extraordinária de 31 de julho de 2013.....		32.915	-	-	-	-	-	-	32.915	
Aprovação do aumento de capital pela SUSEP, Portaria SUSEP nº 5.635, de 10 de dezembro de 2013.....		32.915	(32.915)	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital aprovado conforme Assembleia.....										
General Extraordinária de 26 de dezembro de 2013.....		57.750	-	-	-	-	-	-	57.750	
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		-	-	-	-	-	(114.783)	-	(114.783)	
Dividendos revertidos por decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 2013.....		-	-	-	-	5.149	-	-	5.149	
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	22.606	22.606	
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal.....		-	-	-	1.130	-	-	(1.130)	-	
Constituição de reserva estatutária.....		-	-	-	-	16.107	-	(16.107)	-	
Dividendos propostos.....		-	-	-	-	-	-	(5.369)	(5.369)	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	201.400	57.750	599	(37)	2.214	38.916	(36.826)	-	261.802	
Aprovação do aumento de capital pela SUSEP, Portaria SUSEP nº 5.787, de 20 de março de 2014.....	21 (a)	57.750	(57.750)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos revertidos por decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária em 31 de março de 2014.....	21 (e)	-	-	-	-	5.369	-	-	5.369	
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		-	-	-	-	-	(2.052)	-	(2.052)	
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	-	87.619	87.619	
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reserva legal.....		-	-	-	4.381	-	-	(4.381)	-	
Constituição de reserva estatutária.....		-	-	-	-	62.428	-	(62.428)	-	
Dividendos propostos.....	21 (f)	-	-	-	-	-	-	(20.810)	(20.810)	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	259.150	-	599	(37)	6.595	104.499	(38.878)	-	331.928	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.										

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., denominada "Seguradora", "Companhia" ou "Prudential do Brasil", é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros de Pessoas e de Danos, em quaisquer das suas modalidades, tais como definidos na legislação em vigor, operando nos principais centros econômicos do País. A Seguradora atua, preponderantemente, nas operações do ramo Vida Individual. Com o advento da Circular nº 395, de 31 de dezembro de 2010, os ramos de Seguros de Pessoas Individual em que a Seguradora opera foram classificados como: vida, acidentes pessoais, doenças graves, total misto e total puro.

A composição acionária da Prudential é de 99,60% da Pruserviços Participações Ltda. e de 0,4% pertencentes a 3 (três) acionistas minoritários, todos membros do Conselho de Administração.

Sediada em Botafogo, no Rio de Janeiro, a Prudential do Brasil está presente em 8 cidades brasileiras e no Distrito Federal, por meio de suas 25 agências e 2 escritórios (base 31 de dezembro de 2014), que operam nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Nova Lima, Uberlândia, Porto Alegre e Curitiba.

Os membros do Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2015, aprovaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, assim como recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 31 de março de 2015.

Os membros do Comitê de Auditoria revisaram as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, inclusive as Notas Explicativas, os Relatórios da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, tendo emitido opinião sem ressalvas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da Seguradora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas

são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto e com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme determinado pela Circular SUSEP nº 483/14.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Seguradora, incluem o dinheiro em caixa, inclusive em dólar, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos.

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda em curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Títulos disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

• Mantidos até o vencimento

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou

tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao "valor justo através do resultado" são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como "disponíveis para venda" são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", que são contabilizados pelo método do custo amortizado, quando são vendidos ou sofrem perda (*impairment*) tem suas perdas ou ganhos realizados contabilizados diretamente no resultado.

(c) Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado e disponíveis para venda

A Seguradora avalia mensalmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante 6 meses consecutivos;
- Ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período;
- Ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos 1 ano;
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado, se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a mesma tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento.

A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluírem valores a vencer.

CONTINUA

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40



A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros e cosseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado através dos procedimentos descritos acima (vide Nota 6 (g)).

2.4 Custos de aquisição diferidos

Desde 2001, a apropriação da comissão para o Ramo Vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do Segurado (36 meses), à época.

2.5 Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A cessação de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. A avaliação é realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessação de resseguro.

Para ativos de resseguros, a Prudential opera com resseguradoras locais, consequentemente, não há evidências objetivas de *impairment*.

Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência dos contratos não exime as obrigações para com os segurados.

2.6 Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Os saldos em moeda estrangeira, oriundos de operações com seguros realizadas com o IRB - Brasil Resseguros S.A., foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data do balanço.

A Seguradora constitui créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que apresentam perspectivas de realização, de acordo com projeções da administração.

Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências em razão do plano contábil da SUSEP não contemplar essa reclassificação e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.7 Contratos de seguro

Conforme disposto no CPC 11, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, aceitando indenizar o segurado se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido à sua natureza de transferência de risco de seguro.

A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.

2.7.1 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro

Segundo o CPC 11, a Seguradora contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil relacionadas adiante) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização dessa isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como a avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas aplicáveis. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda segundo o CPC 38 que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro segundo o seu GAAP anterior, ou BRGAAP. A Seguradora não identificou provisões para catástrofes não permitidas segundo o CPC 11, na data de adoção do mesmo.

Nos principais produtos da Seguradora, foram utilizadas Tábuas Biométricas masculinas e femininas devidamente reconhecidas e aprovadas pela legislação vigente, e que representam a melhor estimativa de mortalidade e de sobrevivência para a massa segurada.

Combinadas a essas Tábuas, foram utilizadas, conforme legislação vigente, taxas de juros limitadas a 6% ao ano, além de taxas de carregamento que variam em função da idade e do sexo do segurado, respeitados os limites previstos em lei para os produtos de sobrevivência, taxas estas condizentes com as despesas administrativas e de comercialização da empresa.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), com base nas legislações vigentes aplicáveis às sociedades seguradoras (Resolução CNSP nº 281/13, Circular SUSEP nº 462/13 e Circular SUSEP nº 469/13) descritas a seguir:

Seguros de Pessoas, Vida Individual e Vida com Cobertura por Sobrevivência**(i) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**

O cálculo da PPNG deve ser efetuado *"pro rata die"*, tomando por base a razão entre o período a decorrer e o período total da cobertura de risco pelo prêmio comercial no mês de constituição de todos os contratos de seguros vigentes.

(ii) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é uma estimativa constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. Tal estimativa utiliza como base de cálculo os percentuais definidos na Circular SUSEP nº 485/14, aplicados sobre o prêmio comercial do mês de referência ou sobre a PPNG do mês de referência, para cada ramo específico.

(iii) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora, devendo contemplar, quando necessário, os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), se for o caso. Com a publicação da Circular SUSEP nº 462/13, esta provisão absorveu o saldo da Provisão de Benefícios a Regularizar, que foi extinta.

(iv) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo por metodologia de triângulo trimestral de *run-off*, conforme previsto em Nota Técnica Atuarial.

(v) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A PMBaC abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. É calculada mensalmente para as apólices em vigor, em função da idade e do sexo do segurado, do capital segurado e da periodicidade de pagamento dos prêmios, para fazer face aos compromissos da Seguradora com seus segurados antes do pagamento do benefício.

(vi) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)

A PVR abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora receptora.

(vii) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBc)

Corresponde ao valor atual dos benefícios futuros cujo evento gerador tenha ocorrido. É calculada conforme Nota Técnica Atuarial protocolada na SUSEP.

(viii) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e é calculada conforme Nota Técnica Atuarial. Com a publicação da Circular SUSEP nº 462/13, esta provisão veio substituir a Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que foi extinta.

(ix) Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF é financeiramente constituída conforme condições gerais das apólices, abrangendo os valores destinados à distribuição de dividendos, quando houver, assim como a sua atualização monetária, quando ainda não pagos.

(x) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC é constituída se o resultado do Teste de Adequação de Passivos for positivo. Com a publicação da Circular SUSEP nº 462/13, esta provisão veio substituir a Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC) e a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP), que foram extintas.

Seguros de Danos**(i) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**

A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Seguradora, devendo contemplar os ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), se for o caso.

(ii) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo.

Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - Liability Adequacy Test)

O CPC 11 introduziu o conceito de Teste de Adequação do Passivo, que consiste na avaliação do passivo da Seguradora. São consideradas estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de

seguro com certas provisões técnicas líquidas do ativo referente aos custos capitalizados exclusivamente relacionados com tais contratos. As regras e os procedimentos para a realização do teste foram instituídos pela Circular SUSEP nº 457/12.

Esse teste é efetuado semestralmente e, em caso de deficiência, o valor é reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). No fluxo de caixa, a Seguradora considera, dentre outras, as despesas administrativas alocáveis e incrementais, despesas de gestão de sinistros (alocáveis ou não alocáveis diretamente), bônus e despesas de comercialização incidentes sobre os prêmios futuros dos contratos em vigor até a data de término da vigência; e utiliza tábuas e taxas de desconto baseadas no mercado. As provisões consideradas no teste para Seguros de Pessoas, Vida Individual e Vida com Cobertura por Sobrevivência são a PMBaC, PMBC, PPNG, PPNG-RVNE e PDR.

As premissas utilizadas são:

- A estimativa corrente deve refletir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros. Para tal deverão ser consideradas hipóteses atuais, realistas e não viesadas para cada variável aleatória no cálculo atuarial dos fluxos de caixa futuro, tais como hipóteses econômicas, demográficas, atuariais e catastróficas. Na realização destes testes, a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. As premissas de mortalidade e de sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR. Foi utilizada pela Seguradora a estrutura a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP referente ao IGP-M e IPCA.

- O teste é realizado no nível mínimo de agrupamento de contratos, instituído pela Circular SUSEP nº 457/12, correspondendo a 26 grupos. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

- O teste é bruto de resseguro, portanto, sua deficiência pode ser dividida entre seguradora e resseguradora, caso esteja relacionada ao contrato de resseguro. Em contrapartida aos ajustes das provisões para reconhecimento de deficiências, aumenta-se o valor dos ativos de resseguro.

- O fluxo considera as seguintes linhas: sinistros e benefícios a ocorrer; contribuições e prêmios futuros de contratos vigentes não considerados na provisão de prêmio; despesas administrativas; despesas de gestão de sinistros (alocáveis e não-alocáveis); despesas de comercialização (aquelas incidentes sobre prêmios futuros não considerados na provisão de prêmio).

- Para seguros de curto e longo prazos os fluxos foram projetados com base em métodos determinísticos.

Caso o valor presente dos fluxos de caixa futuros seja superior aos passivos definidos em norma específica, líquidos dos custos diferidos de aquisição e dos ativos intangíveis, é necessário reconhecer a perda imediatamente e ajustar provisões já existentes na data do teste.

Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, sobrevivência, invalidez por acidente, doenças graves e internação hospitalar. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.

O resultado do teste de adequação de passivo realizado para a data de 31 de dezembro de 2014 demonstrou que não há necessidade de ajustar provisões. Ressaltamos que, de acordo com a faculdade prevista pela Circular SUSEP nº 462/13, o saldo da PIC/PIP foi totalmente revertido na data-base de 30 de junho de 2013.

2.8 Investimentos

Os investimentos são demonstrados ao custo de aquisição e deduzidos de provisão para perdas consideradas permanentes pela administração.

2.9 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tendo como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, descritas na Nota 13(a).

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelos CPCs como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível em que a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

2.11 Passivos financeiros**(a) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos e as contribuições são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são cálculos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado.

2.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.15 Políticas contábeis de reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- A apropriação dos prêmios e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices. Desde 2001, a apropriação da comissão para o ramo Vida é efetuada com base no prazo médio de permanência do segurado (36 meses).

- As receitas e despesas de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas, referentes às operações de retrocessão, que são apropriadas mensalmente com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A..

- A participação dos funcionários, de acordo com as metas estipuladas pela administração da Seguradora, acrescida dos valores estabelecidos na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria.

- O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio.

- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas, assim como indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da administração e dos atuários, para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/aprovadas na SUSEP. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas. Como se trata de valores provisionados, estes representam estimativas.

As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas às provisões técnicas, principalmente aos sinistros judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras individuais, em conformidade com os CPCs. Consequentemente, o processo utilizado pela administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a avaliação do Departamento Jurídico e dos Consultores Legais externos a partir de uma análise individualizada. Para os processos cíveis e trabalhistas classificados como perda remota ou razoavelmente possível, não é registrada provisão, sendo somente esta para os processos prováveis.

Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

(c) Estimativas utilizadas para cálculo de *impairment* de ativos financeiros
Conforme requerido pelo CPC, a Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber de segurados e créditos a receber de concessões de empréstimo a clientes.

(d) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

4. Estrutura de gerenciamento de risco

A Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. dispõe de mecanismos operacionais de governança concentrados na eficácia das suas operações, na fidelidade do seu sistema de informações e na conformidade às regras e leis vigentes. Estes mecanismos estão alinhados às políticas internas do Grupo Prudential Financeira e têm sua aplicação garantida pelos gestores executivos da Companhia.

Mecanismo de extrema relevância para a definição da estratégia da Companhia, a gestão de riscos é parte integrante da cultura da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.. Há na Companhia uma diretoria de Riscos responsável pela identificação e avaliação dos riscos, assim como um Comitê de Gerenciamento de Riscos (CGR) que tem como principal finalidade o alinhamento da estratégia da Companhia ao seu apetite por risco por meio de avaliações e *follow-ups* periódicos. Este comitê é composto pelo Presidente, Vice-Presidente de Operações, Vice-Presidente Financeiro, *Chief Risk Officer* (CRO), Auditoria Interna, *Compliance*, entre outros.

Uma equipe exclusivamente dedicada ao gerenciamento de riscos atua na revisão contínua das matrizes de riscos e auxilia os gestores da Companhia na identificação e avaliação de riscos.

4.1 Descrição dos riscos nas operações

O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: Seguro, Crédito, Liquidez, Mercado e Capital.

4.1.1 Gestão de risco de seguro

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora tem a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é incerto e, consequentemente, sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros.

Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios pagos aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos.

A experiência demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa a que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação e pulverização de riscos e uma política de resseguro que considera resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

(a) Estratégia de subscrição

A estratégia de subscrição objetiva a emissão do maior número possível de apólices, mantendo o índice de riscos da Seguradora em uma faixa aceitável para propiciar lucro e sua solvência, garantindo a qualidade dos serviços aos Clientes e aos Franqueados, a nível nacional, conforme as normas técnicas da Prudential do Brasil, Prudential International e os parâmetros e prazos legais estabelecidos pelos órgãos reguladores do mercado segurador.

A política de aceitação de riscos abrange os riscos de mortalidade e morbidade apresentados pelos segurados potenciais visando atribuir a estes as categorias apropriadas do risco de acordo com as normas e diretrizes da Seguradora, sob a ótica da Medicina do Seguro e da Subscrição de Riscos, determinando o valor correto dos prêmios para cada segurado ou a não aceitação dessas propostas.

Para mitigar o risco de a Seguradora ser envolvida em situações relacionadas à prática do crime de lavagem de dinheiro e fraude e outros ilícitos semelhantes, esta faz uma análise de risco prévio (*Underwriting*), com base nas informações indicadas nas Propostas de Contratação apresentadas pelos franqueados *Life Planner*.

As apólices de seguros de vida da Prudential do Brasil são emitidas com base em evidências médicas e outros dados de segurabilidade, tais como renda, esportes e *hobbies*, profissão, uso de álcool/fumo, visando determinar se um responsável pelo pagamento (potencial segurado) apresenta ou não um risco aceitável.

Essa atividade visa à manutenção do equilíbrio financeiro da Seguradora, buscando identificar riscos que estão além da capacidade da Seguradora de absorvê-los, e evitá-los.

(b) Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos através da cessação ou transferência aos resseguradores da parte do capital segurado que exceda ao limite de retenção da Seguradora ou que representa o percentual de quota parte ressegurada.

Os contratos de resseguro englobam os seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente e diária de internação hospitalar. Tais contratos apresentam cláusulas que fazem com que os resseguradores nos acompanhem nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential.

No caso de riscos de catástrofes, a Seguradora possui outro contrato vigente. Entretanto, até a data de divulgação do balanço não foi identificado a ocorrência de sinistros a recuperar.

Historicamente, a necessidade de acordos de resseguro de excesso de responsabilidade com limites de retenção conservadores se faz necessária em todo e qualquer início de operação para estabelecer uma base forte, controlando, dessa forma, a volatilidade dos resultados causada pela flutuação inevitável da experiência de mortalidade.

Outra importante finalidade envolvida na estratégia de resseguro da Seguradora é a utilização/transfêrencia do conhecimento dos resseguradores no desenvolvimento de novos produtos, precificação, subscrição e regulação de sinistros.

A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção e do percentual de quota parte ressegurada, com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o risco transferido para os resseguradores.

(c) Casamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê de Investimentos, que aprova periodicamente as metas, limites e condições de investimentos.

(d) Gerenciamento de risco por segmento de negócios

A Seguradora opera predominantemente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira é realizado considerando as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) análise de subscrição; (iii) acompanhamento de sinistralidade; (iv) monitoramento de lucratividade; (v) casamento de ativos e passivos.

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40



(e) Seguros de vida

O seguro de vida é de natureza de longo prazo, e por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada unidade de negócios. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do previsto. Isso porque alguns produtos pagam se a pessoa morre, outros produtos pagam quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo.
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas podem fazer com que menos apólices/contratos de seguros permaneçam contratados em vigor para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto em todos os tipos de produtos.
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores como níveis de persistência e despesas de administração.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

• O seguro de Acidentes inclui, entre outros, riscos de mortalidade, morbidade e taxa de juros resultantes dos contratos de seguro de acidentes e saúde. Além dos riscos específicos listados acima, todas essas linhas de negócio expõem a Seguradora a riscos de vencimento, resgate e despesas.

Determinados contratos de seguro de vida contêm garantias para as quais foram registradas obrigações referentes a benefícios adicionais e garantias mínimas. Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados da seguinte forma:

- Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro.
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente em que a Seguradora opera. A administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A administração utiliza estratégias de resseguro para reduzir os riscos da longevidade quando possível e desejável.
- O risco de persistência é gerenciado através do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam preservar.
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

As provisões técnicas de benefícios a conceder e concedidos correspondentes aos ramos do seguro de vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras conforme premissas previstas nas apólices/contratos de seguros, e são calculadas com base em métodos atuariais definidos em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente aprovadas pela SUSEP.

(f) Resultados do teste de sensibilidade

Os testes de sensibilidade realizados pela Seguradora no Teste de Adequação de Passivos consistiram em demonstrar o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas uma única variável.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 483/14, as variáveis estudadas foram: índice de conversibilidade, taxas de juros e mortalidade (frequência e severidade), com o intuito de avaliação de premissas, com base em análises, para compor os testes de sensibilidade.

Os estudos citados acima poderiam demonstrar maior relevância de impacto para as variáveis: taxas de juros e mortalidade. O índice de conversibilidade da Seguradora demonstra histórico baixo de ocorrência, o que culmina em uma tendência de baixa constante, pelo fato da maioria dos beneficiários optarem pelo pagamento de benefício de forma única.

Dessa forma, foram utilizadas pela administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de mortalidade e de invalidez.

Após a conclusão desses testes, concluímos pela suficiência das provisões

da Seguradora frente ao valor presente dos fluxos de caixa projetados, considerando os cenários de variáveis hipotéticas citados acima, exceto no cenário de redução de 1,5% ao ano nas taxas de juros, para o qual os efeitos em resultado e patrimônio líquido na data do balanço são:

Teste de Sensibilidade ...	Resultado dos testes de sensibilidade		Efeito no resultado		Efeito no patrimônio líquido	
	Bruto de res-seguro	Líquido de res-seguro	Bruto de res-seguro	Líquido de res-seguro	Bruto de res-seguro	Líquido de res-seguro
Redução de juros em 1,5% ao ano	99	99	(99)	(99)	(99)	(99)

(g) Limitações da análise de sensibilidade

Os testes de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da administração de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

(h) Concentração de riscos

A carteira da Seguradora é composta por Seguros de Pessoas Individuais. A análise da concentração se baseia na cobertura segurada. Nesse sentido, as concentrações são definidas por tipo de evento para os principais ramos de atividade da Seguradora (morte e invalidez) e pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

Ramo	Percentual do capital segurado	
	2014	2013
Vida	30,68	31,67
Dotal misto	0,70	0,93
Dotal puro	0,15	0,20
Invalidez por acidente	31,38	32,60
Invalidez por acidente (parcial)	12,56	9,22
Morte acidental	12,65	13,59
Doenças graves	11,79	11,77
Diária por internação hospitalar	0,01	0,01
Assistência funeral	0,08	-
	100,00	100,00

Ramo	Percentual do capital ressegurado	
	2014	2013
Vida	21,06	20,45
Dotal misto	0,28	0,37
Invalidez por acidente	21,33	20,81
Morte acidental	2,18	3,01
Doenças graves	55,07	55,30
Diária por internação hospitalar	0,08	0,06
	100,00	100,00

A Seguradora possui uma política de análise de risco prévia (subscrição), visando mitigar os riscos de concentração. Esta análise é realizada de forma mais criteriosa considerando o valor do Capital Segurado por vida. Outra forma de mitigação do risco é a adoção de uma política de resseguro que determina limites por tipo de contrato de seguro.

(i) Concentração de riscos por área geográfica

A Seguradora possui seus riscos concentrados principalmente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, conforme

pode ser observado nas tabelas abaixo, onde a concentração é apresentada por ramo. Os demais estados do país, bem como o Distrito Federal, são considerados na categoria Outros.

Ramo	2014					
	MG	SP	RJ	PR	RS	Outros Total
Vida	37,82	35,44	11,44	5,46	5,19	4,65 100,00
Dotal misto	25,25	48,12	9,33	11,08	3,46	2,76 100,00
Dotal puro	40,84	33,87	13,14	6,17	4,02	1,96 100,00
Invalidez por acidente	37,82	35,44	11,44	5,46	5,19	4,65 100,00
Invalidez por acidente (parcial)	37,92	34,29	11,63	4,85	4,96	6,35 100,00
Morte acidental	33,74	36,30	11,89	7,86	5,85	4,36 100,00
Doenças graves	44,49	30,44	10,39	4,98	4,75	4,95 100,00
Diária por internação hospitalar	30,37	36,72	13,84	4,81	6,46	7,80 100,00
Assistência funeral	30,32	35,69	10,83	8,72	3,57	10,87 100,00

(ii) Concentração de riscos por moeda

A Seguradora possui todos os valores de seus seguros expressos em moeda corrente nacional.

4.1.2 Gestão de riscos financeiros

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management - ALM*), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico em que são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:

(a) Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira.

(b) Risco de liquidez, que está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora.

(c) Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo esta política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável ao invés de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

4.1.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora.

A administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

A Seguradora utilizou a análise do fluxo de caixa demonstrado a seguir para cálculo de valor justo dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Composição da carteira	Fluxo de caixa contratual e não descontado						Saldo contábil
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
2014							
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pós-fixados							
Públicos							
Indexados a inflação	-	5.704	18.667	-	1.008.276	1.032.647	1.032.647
Atrrelados a Selic	23.056	-	-	674	-	23.730	23.730
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados							
Privados							
Caixa e equivalentes de caixa	-	927	-	125.863	251.587	378.377	378.377
Empréstimos e recebíveis, prefixados							
Caixa e equivalentes de caixa	249	-	-	-	-	249	249
Operações de crédito	2.465	-	-	-	63.396	65.861	65.861
Prêmios a receber de segurados	-	69.641	-	-	-	69.641	69.641
Ativos de resseguro	-	-	8.014	-	-	8.014	8.014
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	25.770	76.272	26.681	126.537	1.323.259	1.578.519	1.578.519

Composição da carteira	Fluxo de caixa contratual e não descontado						Saldo contábil
	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
2013							
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pós-fixados							
Públicos							
Indexados a inflação	-	5.042	18.152	24.797	709.854	757.845	757.845
Atrrelados a Selic	27.286	-	-	-	319	27.605	27.605
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados							
Privados							
Caixa e equivalentes de caixa	-	907	-	-	346.691	347.598	347.598
Empréstimos e recebíveis, prefixados							
Caixa e equivalentes de caixa	1.110	-	-	-	-	1.110	1.110
Operações de crédito	2.183	-	-	-	53.468	55.651	55.651
Prêmios a receber de segurados	-	32.328	-	-	-	32.328	32.328
Ativos de resseguro	-	-	6.840	-	-	6.840	6.840
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	30.579	38.277	24.992	24.797	1.110.332	1.228.977	1.228.977

Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito sejam gerenciados e controlados dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem rating de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes da Seguradora adquirir certos ativos, e restrições são colocadas sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito, em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por rating de crédito fornecidos por agências renomadas de rating. Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA (Fitch - Escala Nacional)					Sem rating	Saldo contábil
	AA	A	BBB	BB			
2014							
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pós-fixados							
Públicos (*)							
Indexados a inflação	1.056.377	-	-	-	-	-	1.056.377
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados							
Privados							
Caixa e equivalentes de caixa	237.505	15.009	53.718	55.373	16.772	-	378.377
Empréstimos e recebíveis							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	249	249
Operações de crédito	-	-	-	-	-	65.861	65.861
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	69.641	69.641
Ativos de resseguro	-	-	-	-	-	8.014	8.014
Exposição máxima ao risco de crédito	1.293.882	15.009	53.718	55.373	16.772	143.765	1.578.519

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA (Fitch - Escala Nacional)					Sem rating	Saldo contábil
	AA	A	BBB	BB			
2013							
Ao valor justo através do resultado							
Ativos pós-fixados							
Públicos (*)							
Indexados a inflação	-	-	785.450	-	-	-	785.450
Disponíveis para venda							
Ativos pós-fixados							
Privados							
Caixa e equivalentes de caixa	219.534	32.713	47.343	48.008	-	-	347.598
Empréstimos e recebíveis							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	1.110	1.110
Operações de crédito	-	-	-	-	-	55.651	55.651
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	32.328	32.328
Ativos de resseguro	-	-	-	-	-	6.840	6.840
Exposição máxima ao risco de crédito	219.534	32.713	47.343	833.458	-	95.929	1.228.977

(*) Os títulos públicos representados por LFTs, NTN-Bs e NTN-Cs emitidas pelo tesouro nacional, estão com seus ratings apresentados em escala internacional para 31 de dezembro de 2013, sendo a escala nacional correspondente - "AAA" - a mesma apresentada para 31 de dezembro de 2014.

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida quando, em certas situações, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo a regulamentação brasileira), se os pagamentos dos prêmios não forem efetuados na data de vencimento.

A política de emissão de apólices leva em consideração todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados (análise financeira) onde confirmamos o perfil de risco dos segurados.

(a) Exposições ao crédito de seguro

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras locais. A contraparte de resseguro é efetuada com a Munich Re, o IRB Brasil Resseguros e a Swiss Re Brasil Resseguros. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o total de ativos de resseguro era de R\$ 8.014 e R\$ 6.840, respectivamente.

Esta exposição é monitorada regularmente contra a previsão que foi feita para a mesma até a sua conclusão, com relação a qualquer deficiência no histórico das indenizações, para verificar que os contratos estão progredindo conforme previsto e que nenhuma exposição adicional irá surgir.

4.1.2.2 Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar tal risco.

Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. Esses investimentos são destinados para atender as necessidades de caixa em curto prazo.

(a) Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pelo reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade de nossos investimentos também garante nossa capacidade de cobrir altas exigências de liquidez, no caso de um desastre natural, por exemplo.

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de seguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados, que são registrados no circulante e não circulante. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos de seguro para análise de liquidez.

Passivos de seguro	Passivos de contratos de seguros em 2014		
	0- 1 ano	>5 anos	Valor contábil
Passivos de seguro	58.569	1.372.493	1.431.062
Total das obrigações contratuais	58.569	1.372.493	1.431.062

4.1.2.3 Risco de mercado

É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade de variáveis existentes no mercado (taxa de juros, inflação etc), causada por fatores adversos. Mais especificamente, o risco de mercado nas operações pode ser entendido como: risco na taxa de juros e risco da inflação.

A tabela a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre os ativos financeiros da Seguradora, levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido da Seguradora.

Classes	Premissas	2014	
		Saldo contábil	Varição - resultado/ patrimônio líquido projetado
Indexados à inflação	Aumento de 1,5% na taxa Copom Com alta de 1,0% ponto base em relação ao realizado	1.411.024	(20.467)
Atrrelados à Selic	-	23.730	237
Total		1.434.754	(20.230)
Total, líquido de efeito tributário			(12.138)

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40

**4.1.2.4. Gestão de risco de capital****(a) Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital na Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 228/10, Resolução CNSP nº 280/13, Resolução CNSP nº 316/14 e Resolução CNSP nº 283/13).

(b) Cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

Em 31 de dezembro de 2014, as composições do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e da Margem de Solvência podem assim ser resumidas:

	2014	2013
Patrimônio líquido contábil.....	331.928	261.802
Despesas antecipadas	(1.249)	(1.881)
Créditos tributários	-	(15.605)
Patrimônio líquido ajustado (i)	330.679	244.316
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio	-	9.346
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro	-	4.013
Margem de solvência (1).....	-	9.346

	2014	2013
Capital base - CB (2)	15.000	15.000
Capital risco de subscrição (ii).....	35.651	30.305
Capital risco de crédito	30.524	113.465
Capital risco operacional (iii).....	1.813	1.524
Capital total considerando correlação (3)	59.179	132.791
Capital mínimo requerido [(4) = máximo (1), (2) ou (3)] (iv)	59.179	132.791
Patrimônio líquido ajustado	330.679	244.316
(-) Exigência de capital - EC superior a (4).....	59.179	132.791
Suficiência de capital	271.500	111.525

(i) Em 6 de dezembro de 2010 foi aprovada a Resolução CNSP nº 222 que alterou o cálculo do patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta Resolução foi revogada pela Resolução CNSP nº 300/13, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2014.

(ii) Em 30 de janeiro de 2013 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 280, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência

(a) Composição

	2014						
	Venci-mento	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% aplicado	Taxa de juros contratada
Nível 2							
Títulos disponíveis para venda.....		378.377	381.417	378.377	(3.040)	26	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2016	153.892	155.702	153.892	(1.810)	11	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2018	30.933	30.969	30.933	(36)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2021	36.491	37.417	36.491	(926)	2	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debêntures.....	2017	16.189	16.212	16.189	(23)	1	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - DPGE.....	2015	125.863	125.834	125.863	29	9	7,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - DPGE.....	2016	15.009	15.283	15.009	(274)	1	7,1%
Títulos para negociação		207.984	207.911	207.984	73	14	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life.....		23.056	23.063	23.056	(7)	1	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold.....		184.928	184.848	184.928	80	13	
Títulos mantidos até o vencimento		848.393	848.393	862.554	14.161	60	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life.....		293.511	293.511	303.353	9.842	21	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold.....		554.882	554.882	559.201	4.319	39	
Total das Aplicações Financeiras		1.434.754	1.437.721	1.448.915	11.194	100	

	2013						
	Venci-mento	Saldo contábil	Custo atualizado	Valor de mercado	Ganhos (perdas) não realizados	% aplicado	Taxa de juros contratada
Nível 2							
Títulos disponíveis para venda.....		347.598	345.483	347.598	2.115	31	
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2016	143.717	141.710	143.717	2.007	13	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2018	28.130	28.133	28.130	(3)	3	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - CDB	2021	32.445	34.002	32.445	(1.557)	3	6,2%
Títulos Privados - Renda Fixa - Debêntures.....	2017	15.241	15.214	15.241	27	1	6,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - DPGE.....	2015	114.243	112.665	114.243	1.578	10	7,3%
Títulos Privados - Renda Fixa - DPGE.....	2016	13.822	13.759	13.822	63	1	7,1%
Títulos para negociação		204.620	205.530	204.620	(910)	18	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life.....		27.286	27.290	27.286	(4)	2	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold.....		177.334	178.240	177.334	(906)	16	
Títulos mantidos até o vencimento		580.830	580.830	566.650	(14.180)	51	
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life.....		157.996	157.996	157.454	(542)	14	
Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold.....		422.834	422.834	409.196	(13.638)	37	
Total Aplicações Financeiras		1.133.048	1.131.843	1.118.868	(12.975)	100	

(b) Títulos disponíveis para venda

Conforme Circular SUSEP nº 483/14, a Seguradora classificou suas aplicações como "Títulos disponíveis para venda", conforme demonstrado na tabela acima. O valor de mercado para os títulos públicos foi baseado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

(c) Títulos para negociação e mantidos até o vencimento

As quotas de fundos de investimentos são apresentadas pelo valor das quotas dos fundos na data das demonstrações financeiras, como informado por seus administradores (Banco Santander S.A. e Banco Bradesco S.A.) e correspondem a aplicações em fundos exclusivos.

Em 20 de dezembro de 2013, a Seguradora transferiu de sua carteira de investimentos títulos públicos NTN-Bs com vencimento em 2050, no montante de R\$ 357.439 para os fundos exclusivos de renda fixa. Desse total, R\$ 128.084 foram transferidos para o Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life e R\$ 229.355 para o Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold. Tais títulos foram classificados por ambos os Fundos como "mantidos até o vencimento" sendo seu registro contábil realizado pelo método do custo amortizado a partir da data da transferência. O montante de R\$ 63.637 referente à variação a valor de mercado desses títulos, que antes eram registrados como disponíveis para venda, foram mantidos no patrimônio líquido da Seguradora e será amortizado durante a vida útil remanescente dos títulos mantidos até o vencimento com base no método da taxa de juros efetiva. Abaixo o resumo da operação:

Títulos disponíveis para venda ao custo amortizado em 20 de dezembro de 2013.....	421.076
Ajuste a valor de mercado em 20 de dezembro de 2013 (i)	(63.637)
Títulos transferidos para mantidos até o vencimento.....	357.439
(i) Valor mantido no patrimônio líquido a ser amortizado com base no prazo remanescente dos títulos mantidos até o vencimento. No período findo em 31 de dezembro de 2014 foram amortizados R\$ 1.736.	

(d) Composição da carteira dos fundos

Na data de publicação, o patrimônio líquido dos fundos de investimento de renda fixa podem assim ser resumidos:

	2014	2013
Operações compromissadas (LFT-O)	23.063	27.290
Títulos e valores mobiliários (NTN-B)	293.511	157.996
Valores a pagar	(7)	(4)
	316.567	185.282

O custo e o valor de mercado da carteira de investimento do fundo exclusivo Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life (Títulos Públicos Federais) eram os seguintes:

	2014			
	Classificação	Venci-mentos	Custo	Valor de mercado
Títulos				
Operações compromissadas (LFT-O)	Títulos para Negociação	2015	23.063	23.056
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2040	60.103	60.194
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2050	233.408	243.159
			316.574	326.409
			2013	
Títulos				
Operações compromissadas (LFT-O)	Títulos para Negociação	2013	27.290	27.286
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	Mantidos até o Vencimento	2050	157.996	157.454
			185.286	184.740

(ii) Vide item (c) acima.

Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold

	2014	2013
Títulos e valores mobiliários (LFT).....	693	342
Títulos e valores mobiliários (NTN-C).....	241.269	218.026
Títulos e valores mobiliários (NTN-B).....	497.867	381.823
Valores a pagar	(19)	(23)
	739.810	600.168

complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iii) Em 30 de janeiro de 2013 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 283, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iv) A partir de 1º de janeiro de 2014 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 302/13, posteriormente revogada pela Resolução CNSP nº 316/14, que estabelece regras sobre o capital mínimo para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais. O capital mínimo requerido corresponde ao maior entre capital base e o capital de risco. As sociedades supervisionadas deverão apresentar mensalmente, quando do fechamento dos balancetes mensais, o patrimônio líquido ajustado igual ou superior ao capital mínimo requerido. Em 31 de dezembro de 2013 o capital mínimo requerido era calculado pelo máximo entre a margem de solvência, o capital base e o capital de riscos de subscrição, de crédito e operacional, considerando a correlação entre esses riscos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa	33	50
Valores em trânsito.....	340	496
Contas bancárias.....	(124)	564
	249	1.110

6. Aplicações financeiras - circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, todos os ativos financeiros da Seguradora são denominados em reais e a mesma não possui ativos classificados no Nível 3 conforme item (f) abaixo.

Em 20 de dezembro de 2013, a Seguradora, como parte de sua estratégia de concentrar os títulos de longa duração nos seus fundos de investimento exclusivos, transferiu da sua carteira de investimentos a totalidade de seus títulos públicos NTN-Bs com vencimento em 2050, no montante de R\$ 357.439, para os fundos Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Life e Santander Fundo de Investimento Renda Fixa Gold, nos valores de R\$ 128.084 e R\$ 229.355, respectivamente. Esses títulos posteriormente foram classificados dentro dos fundos exclusivos como mantidos até o vencimento, sendo, desde a data da transferência, contabilizado pelo método do custo amortizado conforme item (c) abaixo.

Classificam-se como Nível 1:

- Títulos de renda fixa (públicos e operações compromissadas com lastros com títulos públicos) - calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA;

- Títulos de renda variável e ações de companhia de capital aberto cotadas em bolsa de valores ou mercado de balcão e instrumentos financeiros derivativos.

Classificam-se como Nível 2:

- Certificado de depósitos bancários (CDB) e Depósito a prazo garantia especial (DPGE) - são títulos privados pós-fixados em CDI, Selic ou índice de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito;

- Debêntures (privados) - calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação de mercado;

- Fundo de investimentos exclusivos - calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

	Nível	2014	2013
Ao valor justo por meio de resultado			
Fundos exclusivos			
Títulos de renda fixa			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	674	319
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série C	1	241.269	218.027
Notas do Tesouro Nacional - NTN - Série B.....	1	791.378	539.818
Operações compromissadas com lastro em títulos públicos	1	23.056	27.286
Total de fundos exclusivos.....		1.056.377	785.450
Títulos disponíveis para venda			
Carteira própria			
Títulos de renda fixa			
Títulos privados	2	378.377	347.598
Total de carteira própria.....		378.377	347.598
Total dos ativos financeiros		1.434.754	1.133.048

A Seguradora tem como política operar somente em instrumentos financeiros classificados no Nível 1 ou 2.

(g) Impairment dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são analisados com base no descrito na Nota 2.3 e na data do balanço a Seguradora não identificou ativos financeiros enquadrados na política de impairment.

7. Prêmios a receber

O montante de prêmios a receber em 31 de dezembro de 2014, registrado na rubrica "Prêmios a receber" é de R\$ 69.915 (2013 - R\$ 32.532), líquido de IOF, registrado no ativo circulante. Para fazer face à inadimplência esperada dos prêmios retroativos foi constituída uma redução do valor recuperável no montante de R\$ 274 (2013 - R\$ 204), estimada com base no histórico de recebimento observado em situações de prêmios pendentes superior a 60 dias.

(a) Faixas de vencimento e redução do valor recuperável

	2014	2013
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	57.566	24.086
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	10.220	7.026
De 31 a 60 dias	1.855	1.216
De 61 a 120 dias	274	204
Total de prêmios vencidos	12.349	8.446
Total de prêmios a receber antes da provisão.....	69.915	32.532
Redução ao valor recuperável	(274)	(204)
Total de prêmios a receber após provisão	69.641	32.328

(b) Movimentação de prêmios a receber

	2014	2013
Prêmios pendentes no período anterior	32.328	37.446
Prêmios emitidos.....	963.792	678.075
Adicional de fracionamento	696	481
IOF	118	29
Cancelamentos	(193.616)	(129.783)
Recebimentos	(733.607)	(553.945)
Redução ao valor recuperável	(70)	25
Prêmios pendentes	69.641	32.328

(c) Movimentação do valor recuperável

Abaixo segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 1º de janeiro de 2013		(229)
Aumento na provisão.....		(206)
Baixa na provisão.....		231
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....		(204)
Aumento na provisão.....		(396)
Baixa na provisão.....		326
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....		(274)

(d) Período médio de parcelamento

A carteira de Vida é anualizada, sendo os pagamentos realizados em quase sua totalidade de forma mensal.

8. Ativos de resseguro

Os contratos de resseguro vigentes, na modalidade excedente de responsabilidade ou quota parte e base *risk attaching*, englobam toda a carteira da Seguradora, que é composta pelos seguintes riscos: doenças graves, morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente, invalidez permanente e parcial por acidente e diária de internação hospitalar. As cláusulas dos referidos contratos estabelecem regras nas quais as resseguradoras acompanham a Seguradora nos principais riscos e coberturas garantidas nos produtos da Prudential. Vale mencionar que em caso de eventos catastróficos, a Seguradora mantém um contrato de resseguro específico.

	Ativos de resseguros	
Descrição	2014	2013
Danos.....	1.873	2.544
Vida individual, Vida com cobertura de sobrevivência e Pessoas		
Provisão de prêmios não ganhos	249	38
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.211	848
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	2.876	1.808
Provisão de sinistros a liquidar.....	1.805	1.602
	8.014	6.840

(a) Percentual do

CONTINUAÇÃO

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40



(b) Discriminação dos resseguradores

A Seguradora realiza negócios com a resseguradora local Munich Re do Brasil Resseguradora (MRB), desde novembro de 2008, e com a resseguradora local IRB Brasil RE (IRB), desde fevereiro de 2012. Além desses, a Seguradora realizou negócios com a resseguradora local Swiss Re Brasil Resseguros (SRB), durante um determinado período do ano de 2012.

Na tabela abaixo, temos a relação dos resseguradores por rating de risco de crédito:

Ressegurador	Agência classificadora	Rating
Munich Re do Brasil Resseguradora	Moody's	A3/Aaa.br
IRB Brasil RE	A.M. Best	A-
Swiss Re Brasil Resseguros	Moody's	Aaa.br

(c) Redução do valor recuperável

A provisão para redução do valor recuperável será constituída se houver evidências objetivas e confiáveis aplicáveis aos casos em que houver algum evento que justifique o não pagamento, por parte dos resseguradores, após o reconhecimento inicial do ativo com base nos termos dos contratos.

Considerando que as atuais resseguradoras contratadas são resseguradoras locais, que, com base na legislação da SUSEP, possuem fator de risco mínimo e cuja classificação emitida pelas agências classificadoras as enquadram como algumas das melhores resseguradoras, a Seguradora concluiu que não há evidência para registro de redução do valor recuperável.

9. Custo de aquisição diferido

(a) Discriminação dos custos de aquisição

Os valores de comissão, que estão diretamente relacionados com a emissão de novos contratos, podem ser diferidos e, conseqüentemente, reconhecidos como ativos. O benefício de poder diferir as despesas de comissionamento e angariação por um prazo superior a 1 (um) ano estava previsto na antiga Resolução CNSP nº 19/00, revogada pela atual Resolução CNSP nº 86/02. Atualmente, e com base no item 15 da Resolução CNSP nº 86/02, que dispõe sobre Despesa de Angariação e Agenciamento, o método adotado pela Seguradora, para o citado diferimento, é linear por um prazo de 36 meses, o que garante a diluição das despesas iniciais por 3 anos.

(b) Movimentação das despesas de comercialização diferidas

Saldo em 1º de janeiro de 2013	82.919
Comissão	101.570
Amortização	(60.926)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	123.563
Comissão	152.762
Amortização	(89.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	186.755
Circulante	94.917
Não circulante	91.838

10. Créditos tributários e previdenciários

(a) Circulante	2014	2013
Antecipações		
Imposto de renda	28.433	9.931
Contribuição social	9.829	3.870
COFINS/PIS a compensar	3	3
38.265	13.804	

(b) Não circulante

	2014	2013
Imposto de renda		
Imposto de renda a compensar (i)	1.541	1.541
Imposto de renda diferido		
Provisões temporais (Nota 18(b))	14.712	11.915
Prejuízos fiscais (Nota 18(b) (ii))	-	9.002
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado (Nota 21(c))	16.199	15.344
32.452	37.802	
Crédito de contribuição social e outros créditos		
Provisões temporais (Nota 18(b))	8.805	7.127
Base negativa (Nota 18(b) (ii))	-	6.603
Créditos sobre Medida Provisória nº 1.807/99	279	279
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado (Nota 21(c))	9.719	9.206
18.803	23.215	
51.255	61.017	

(i) Refere-se à antecipação de IRPJ considerando as regras tributárias vigentes até o advento da Lei nº 9.316 de 22 de novembro de 1996, as quais permitiam a dedutibilidade da despesa de CSLL na base de cálculo do IRPJ. Tais valores estão sendo questionados judicialmente (Nota 17(a)).

(ii) Em 31 de dezembro de 2014, a Seguradora utilizou o prejuízo fiscal acumulado. O saldo em 31 de dezembro de 2013 de imposto de renda e base negativa acumulada de contribuição social era de R\$ 36.008 e R\$ 44.018, respectivamente.

(c) Período estimado de realização dos tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais com base em projeções de resultados futuros que podem sofrer alterações.

Em 2014, a Empresa realizou os créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social sobre o lucro, conforme demonstrado abaixo:

	2014	2013
2014	-	8.829
2015 a 2017	-	6.776
	-	15.605

11. Outros créditos

(a) Circulante

	2014	2013
Adiantamentos a funcionários / administrativos (*)	603	423
Créditos a receber	52	46
Outros créditos a receber	16	16
671	485	

(*) Os adiantamentos a funcionários representam, principalmente, adiantamentos de férias.

(b) Não circulante

	2014	2013
Imposto de Renda - Dotal (*)	3.581	2.924
Consórcio para Regularização do Mercado Segurador (CRMS)	-	118
IRB provisões técnicas	56	55
3.637	3.097	
Assistência financeira a participantes (**)	63.396	53.468

(*) Imposto de Renda retido dos Segurados que contrataram as apólices do produto Dotal no período de 27 de abril de 2001 a 14 de julho de 2003.

(**) Essa modalidade de crédito é concedida pela Prudential do Brasil aos seus Segurados, de acordo com a Circular SUSEP nº 320/06, conforme Condições Gerais ou Regulamento dos produtos Vida Inteira, Vida Inteira Modificado, Dotal Misto e Dotal Criança, limitada ao valor da provisão matemática individual de cada participante atualizado pelo IGP-M/Selic.

12. Depósitos judiciais e fiscais

	2014	2013
Sinistros	71	-
Tributos		
Imposto de renda (*)	1.041	1.041
Contribuição social (*)	36.486	27.878
FINSOCIAL	502	502
PIS	7.899	6.048
Outros tributos	393	393
Encargos sociais	29	29
Trabalhistas (*)	11.719	6.517
Cíveis e administrativos (*)	24	7
58.164	42.415	

(*) Esses depósitos são objeto de provisão para contingências conforme descrito na Nota 17.

13. Imobilizado

(a) Saldo contábil

	Taxa anual de depreciação %	2014		2013	
		2014	2013	2014	2013
Terreno		2.200	2.200		
Imóveis - Edificações	2	6.664	6.664		
Equipamentos	10	31.422	27.054		
Móveis, máquinas e utensílios	20	7.354	6.235		
Veículos	20	3.457	3.490		
Outras imobilizações (*)	20	10.284	6.395		
		61.381	52.038		
Depreciação acumulada		(27.990)	(23.748)		
		33.391	28.290		

(*) Referente a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros.

(b) Movimentação dos ativos

Em 31 de dezembro de 2013

	Terrenos e edificações	Móveis utensílios e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Gastos com organização, implantação e instalação	Total
Saldo inicial	8.086	13.198	2.106	3.838	175	27.403
Aquisições	-	4.369	761	318	-	5.448
Alienações	-	(9)	(69)	-	-	(78)
Depreciação	(148)	(3.649)	(490)	(168)	(28)	(4.483)
Saldo contábil, líquido	7.938	13.909	2.308	3.988	147	28.290
Em 31 de dezembro de 2014						
Saldo inicial	7.938	13.909	2.308	3.988	147	28.290
Aquisições	-	5.488	1.188	3.888	-	10.564
Alienações	-	-	(1.221)	-	-	(1.221)
Depreciação	(148)	(3.849)	62	(283)	(24)	(4.242)
Saldo contábil, líquido	7.790	15.548	2.337	7.593	123	33.391

14. Depósitos de terceiros

(a) Saldo contábil

	2014	2013
Prêmios antecipados	5.471	3.006
Prêmios e emolumentos recebidos	678	579
Outros depósitos	121	5
6.270	3.590	

(b) Saldo por vencimento dos prêmios antecipados

	2014	2013
A vencer	69	164
de 1 a 30 dias	4.401	1.884
de 31 a 60 dias	850	833
de 61 a 90 dias	126	110
de 91 a 180 dias	17	13
de 181 a 365 dias	7	2
acima de 365 dias	1	-
5.471	3.006	

15. Obrigações a pagar - passivo circulante

O saldo de outras obrigações é composto por:

	2014	2013
Fornecedores	2.355	2.885
Dividendos e provisão para participação nos lucros	36.684	17.870
Gratificações a pagar (*)	-	4.855
Aluguéis a pagar	979	944
Obrigações a pagar - Bradesco	-	686
Taxa administração da carteira	117	84
Provisões de serviços prestados a pagar	1.496	838
Franquia a pagar	600	278
Outras obrigações a pagar	117	69
42.348	28.509	

(*) Em 31 de dezembro de 2013 foi constituída uma provisão no valor de R\$ 4.855, referente a bônus eventual que foi concedido aos funcionários da Seguradora ativos nesta data e que permaneceram nessa condição até a data de pagamento.

16. Impostos e contribuições

	2014	2013
Imposto de renda	33.249	9.971
Contribuição social (*)	11.176	3.508
COFINS	1.410	570
PIS	229	93
46.064	14.142	

(*) A diferença entre o valor de contribuição social, apurado na Nota 18, e o saldo a recolher, refere-se ao fato da Seguradora estar em disputa judicial sobre a alíquota que deve ser praticada, conforme descrito na Nota 18.

17. Outros débitos - provisões judiciais

Os passivos contingentes decorrentes de litígios fiscais estão amparados por provisões registradas no passivo exigível a longo prazo, atualizados pela taxa Selic. Tais provisões estão baseadas na avaliação da possibilidade de perda pelos consultores jurídicos da Seguradora, que utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa), para fins de sua classificação.

	2014	2013
Fiscais	55.560	43.789
Trabalhistas	28.061	17.318
Cíveis	30	7
83.651	61.114	

As movimentações das provisões são como seguem:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	43.789	17.318	7
Constituições	10.126	9.187	40
Pagamento	(653)	(635)	(26)
Atualização monetária	2.298	2.191	9
Saldo final	55.560	28.061	30

(a) Contingências fiscais

As principais ações fiscais referentes a obrigações legais, bem como suas descrições sumárias, podem ser assim resumidas:

	2014	2013
Lei nº 8.200 (i)	1.472	1.437
PIS (ii)	8.140	6.290
FINSOCIAL (iii)	125	125
CSLL (ii)	36.765	28.301
IRRF Dotal (Nota 11 (b))	7.405	6.046
IRPJ (ii)	1.401	1.344
Outras	252	246
55.560	43.789	

Avaliação dos consultores jurídicos para desfecho dos litígios tributários provisionados:

- (i) Perda provável.
 - (ii) Perda possível.
 - (iii) Perda remota.
- As ações de perda possível e remota estão provisionadas, pois se tratam de obrigações legais.
- Lei nº 8.200 - questionamento pelas autoridades fazendárias da dedução da diferença da correção monetária, apurada entre os índices IPC e BTFN, quando do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL) em 1991, que vem sendo atualizada mensalmente.
 - PIS - ação movida pela Seguradora questionando a irretroatividade e anterioridade da Emenda Constitucional nº 17/97 - direito de recolher esse tributo no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, nos moldes da Lei Complementar nº 077/0.
 - FINSOCIAL - ação movida pela Seguradora, questionando a inconstitucionalidade e ilegalidade das majorações das alíquotas, introduzidas pelas Leis nºs 7.787/89, 7.894/89 e 8.147/90.
 - CSLL - questionamentos quanto:
 - ao recolhimento das alíquotas de 10% e 8%, em vez de 30% e de 18%, respectivamente (princípio de isonomia), estabelecida pela Emenda Constitucional nº 1/94 e pela Lei nº 9.316/96;
 - à dedução na base de cálculo do IRPJ, vedada com o advento da Lei nº 9.316/96;
 - ao não recolhimento referente ao ano de 1996 e posteriores, por não apresentar qualidade de "empresa não empregadora".
 - IRPJ - questionamentos pela falta de atualização do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e IRPJ, pagos mensalmente no exercício de 1996. Em 2011, a Seguradora provisionou o auto de infração recebido pela Secretaria da Receita Federal referente ao IRPJ de 2006.

Em 31 de dezembro de 2014, a Seguradora era parte envolvida em 5 ações fiscais, com possibilidade remota de perda.

(b) Contingências trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, as contingências trabalhistas referem-se aos pedidos de vínculo empregatício e direito trabalhista, inclusive verbas rescisórias, compreendendo 113 processos judiciais (2013 - 103) com possibilidades prováveis de perda, conforme julgamento dos consultores jurídicos, no montante de R\$ 28.061 (2013 - R\$ 17.318). As contingências cíveis referem-se a processos de pedidos de indenizações por danos morais e doenças preexistentes relacionadas a sinistro e ao

19. Provisões técnicas

(a) Composição

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de resgates a regularizar	Provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes	Provisão de prêmios não ganhos - riscos não emitidos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de despesas excedente financeiro	Total
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas	1.366.981	1.289	10.456	6.797	20.408	2.285	375	1.564	12.173	1.422.328
Danos	-	-	1.368	7.366	-	-	-	-	-	8.734
	1.366.981	1.289	11.824	14.163	20.408	2.285	375	1.564	12.173	1.431.062

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de resgates a regularizar	Provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes	Provisão de prêmios não ganhos - riscos não emitidos	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de despesas excedente financeiro	Total
Vida individual, vida com cobertura por sobrevivência e pessoas	1.069.638	1.666	7.102	6.693	16.011	1.322	224	1.211	11.200	1.115.067
Danos	-	-	1.373	9.627	-	-	-	-	-	11.000
	1.069.638	1.666	8.475	16.320	16.011	1.322	224	1.211	11.200	1.126.067

<

CONTINUAÇÃO

PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.

CNPJ nº 33.061.813/0001-40



Prudential

	31 de dezembro									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2013	2014
Sinistros										
Provisões para sinistros no fim do exercício anterior	605	172	1.894	3.230	1.827	1.913	4.164	6.693		
Antiga Provisão de Benefícios a Regularizar = PBAR	-	-	-	-	-	-	1.559	1.892		
Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL	-	-	-	-	-	-	2.605	4.801		
Sinistros	5.983	10.641	17.125	20.945	13.475	14.165	26.361	33.513		
Exercício atual	5.445	9.041	16.528	16.301	8.692	13.734	19.091	26.221		
Exercícios anteriores	538	1.600	597	4.644	4.783	431	7.270	7.292		
Pagamentos	(6.415)	(8.919)	(15.790)	(22.347)	(11.399)	(14.519)	(23.832)	(33.409)		
Exercício atual	(5.272)	(7.146)	(13.298)	(14.563)	(6.328)	(12.508)	(14.102)	(21.635)		
Exercícios anteriores	(1.143)	(1.772)	(2.492)	(7.785)	(5.071)	(2.010)	(9.730)	(11.774)		
Provisões para sinistros no fim do exercício	172	1.894	3.230	1.827	1.913	1.559	6.693	6.797		
Exercício atual	172	1.894	3.230	1.738	1.103	1.479	4.989	4.580		
Exercícios anteriores	-	-	-	89	810	80	1.704	2.217		
Resseguro	(545)	(506)	(850)	(1.048)	(133)	-	(1.448)	(1.665)		
Provisões líquidas de resseguro	(373)	1.388	2.380	779	1.780	1.559	5.245	5.132		

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 767 ações nominativas, sem valor nominal.

Em 26 de dezembro de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante R\$ 57.750, mediante a emissão total de 164 ações ordinárias. O referido ato societário foi aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 5.787, de 20 de março de 2014 e arquivado na JUCERJA sob nº 2612109.

(b) Reserva de capital

(i) Doações e subvenções

Representada por subvenções de incentivos fiscais anteriores à Lei nº 11.638/07.

(c) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Referem-se à avaliação, líquida dos efeitos tributários, dos títulos classificados como "disponíveis para venda" - Nota 2.3, ajustada ao valor mercado, em conformidade com a Circular SUSEP nº 483/14.

	2014	2013
Saldo inicial	(36.826)	77.957
Reversão de saldos anteriores	36.826	(77.957)
Constituição (reversão) no fim do exercício		
Títulos de Renda Fixa	(61.756)	(63.492)
DPGE - Depósito Garantia Especial	(245)	1.640
CDB - Certificado de Depósito Bancário	(2.772)	448
Debêntures	(24)	27
Imposto de renda e contribuição social	25.919	24.551
	(38.878)	(36.826)

(d) Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no período, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP.

O cálculo do lucro por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2014	2013
Numerador		
Lucro líquido do exercício	87.619	22.606
Denominador (número de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	767	556
	114.235,98	40.658,27

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

(e) Reservas de Lucro

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após absorvido o prejuízo acumulado de anos anteriores. Será constituída pela Sociedade até que seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

A reserva de expansão, reserva estatutária criada nos termos do art. 194 da Lei 6.404/76, é constituída por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal, estando limitada ao valor do capital social. A reserva tem como objetivo fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios da Sociedade, e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral.

Em 31 de março de 2014, em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada, os acionistas da Seguradora deliberaram pela reversão dos dividendos a pagar propostos na destinação do lucro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 5.369, destinando esta parcela do lucro remanescente para a constituição da reserva de expansão.

Em 31 de dezembro de 2014, foi registrado o montante de R\$ 62.428 a título de reserva estatutária, conforme artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas. (f) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e Estatuto Social, conforme abaixo:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente: William Alan Yates
Vice-Presidente: Fabio Lins de Castro
Conselheiro: John Y. Myung

DIRETORIA:

Diretor-Presidente:
Diretores Vice-Presidentes:

Fabio Lins de Castro
Carlos Augusto de Moraes Lamego Júnior
Luiz Fernando Ferreira Pinto
Marcelo Mancini Peixoto
Antonio Paulo Teixeira Leão

Contadora: Luciana de Fátima Silva Pinto
CRC-RJ 087987/O-4

Atuária: Thereza Christina Moreno de Oliveira
MIBA nº 780

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos

demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria atuarial obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinão

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO: O Comitê de Auditoria ("o Comitê") das empresas Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. e Kyoei do Brasil Companhia de Seguros ("SUSEP") foi estabelecido em 14/02/14 de acordo com as regras emanadas da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP") e do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), especialmente a Resolução CNSP nº 118, de 22/12/2004 e aprovada pela SUSEP pela Portaria nº 5.894, de 09/06/14, publicada em 16/06/14. Transcrevemos a seguir o item VI - 28 do Regulamento Interno do Comitê de Auditoria: Ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, o Comitê de Auditoria elaborará o Relatório do Comitê de Auditoria contendo, no mínimo, as seguintes informações: I - atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; II - avaliação da efetividade dos controles internos da sociedade supervisionada, com evidência das deficiências detectadas; III - descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; IV - avaliação da efetividade da auditoria independente e da auditoria interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade supervisionada, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidência das deficiências detectadas; e V - avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, com evidência das deficiências detectadas. **ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA:** Durante o segundo semestre de 2014, o Comitê realizou reuniões conjuntas com o Presidente e os principais representantes das áreas da Controladoria, Ouvidoria, Financeiro, Riscos, Jurídico, Auditoria Interna e Auditores Independentes. As principais deliberações foram: a) Aprovação dos relatórios da auditoria interna e acompanhamento da implantação dos planos de ação propostos pela Administração das empresas para eliminação das deficiências de controles internos identificadas pela auditoria interna, ouvidoria e pelos auditores independentes. b) Avaliação do desempenho e da independência desses auditores independentes. Sobre esse assunto, o Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre questões relacionadas a controles internos, sobre o cumprimento de dispositivos legais e registro e divulgação de informações contábeis. c) O Comitê recebeu também os Relatórios dos Auditores

Independentes sobre as demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No uso de suas atribuições e observando o disposto na Resolução CNSP nº 118/2004 e no seu Regulamento Interno, o Comitê expressa o seguinte resultado de seu trabalho: O sistema de controles internos da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. está estruturado para propiciar a efetividade de suas operações e dos sistemas que geram os relatórios financeiros, bem como a observância de normas internas e externas. Os trabalhos desenvolvidos pelos auditores independentes e pela auditoria interna atendem aos objetivos a que se destinam. Os trabalhos apresentados pela auditoria interna estão em consonância com o planejamento aprovado pelo Comitê. O Comitê de Auditoria tomou conhecimento dos relatórios sobre as demonstrações financeiras da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. referentes ao exercício findo em 31/12/2014, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados. d) O Comitê revisou vários processos de auditoria interna, que foram executados durante o período analisado. **CONCLUSÃO:** Com base no resultado do trabalho desenvolvido diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas revisões e avaliações acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., relativas ao exercício findo em 31/12/2014, integralmente e sem quaisquer ressalvas. A recomendação para que sejam executadas auditorias anuais em processos de áreas operacionais e financeiras, considerados significativos sobre os aspectos de risco financeiro, controle do negócio, crescimento e imagem da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. está atendida, conforme plano de auditoria para o ano de 2015 e apresentado para este Comitê. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015. **Francisco Crespo** (Coordenador); **Mauro Gonçalves**; **Augusto Carneiro**. (*) Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. e Kyoei do Brasil Companhia de Seguros são empresas do mesmo conglomerado financeiro, conforme Resolução CNSP nº 118/04.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.

("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de serem causados por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente de serem causados por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinão

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2015



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

MISSÃO: COM ATENÇÃO E CARINHO, OFERECER SEGURANÇA FINANCEIRA E TRANQUILIDADE PARA QUEM VOCÊ MAIS AMA.